

Cooperação universitária com Bissau

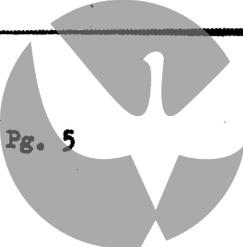
Portugal vai participar na criação da Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau — segundo um processo verbal estabelecido, ontem, entre o presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito de Lisboa e o ministro guineense da Justiça.

Marcelo Rebelo de Sousa e Nicandro Barreto — diz a Lusa — mantiveram conversações durante dois dias, sobre a criação daquela escola de ensino superior, que será totalmente estruturada por Portugal, quer através da presença de professores portugueses e de apoio bibliográfico quer na formação de docentes guineenses.

A Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau, cuja criação ficou acordada na última reunião mista luso-guineense, realizada em Abril, em Bissau, terá cinco anos de curso e formará licenciados em Ciências Jurídicas e em Ciências Jurídico-Administrativas, sendo os três primeiros anos comuns às duas especialidades.

A nova escola, cujo primeiro ano está previsto para se iniciar em Novembro próximo, terá um director e um subdirector guineenses e um assessor científico português que acumulará as funções de coordenador-residente do curso.

DIARIO POPULAR



Pg. 5

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Direito e Administração

Marcelo em Bissau lança Faculdade

O PRESIDENTE do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa e o ministro da Justiça guineense assinaram na sexta-feira um processo verbal que visa a criação da Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau.

Marcelo Rebelo de Sousa e Nicandro Barreto mantiveram conversações durante dois dias sobre a criação daquela escola de ensino superior que será totalmente estruturada por Portugal, quer através da presença de professores portugueses e de apoio bibliográfico, como na formação de docentes guineenses.

A Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau, cuja criação ficou acordada na última reunião mista luso-guineense, realizada em Abril em Bissau, terá cinco anos de curso e formará licenciados em Ciências Jurídicas e Ciências Jurídico-Administrativas, sendo os três primeiros anos comuns às duas especialidades.

A nova escola, cujo primeiro ano está previsto iniciar em Novembro, terá um director e um subdirector guineenses e um

assessor científico português que acumulará as funções de coordenador residente do curso.

O projecto prevê a vinda a Bissau de docentes portugueses das Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra, para coordenarem o arranque das diversas disciplinas e a formação de professores guineenses (três na primeira fase) que irão frequentar um curso de três meses em Lisboa.

O plano de curso prevê a equivalência na Universidade portuguesa de quase todas as disciplinas, à excepção de uma meia dúzia especificamente guineenses, nomeadamente sobre história, cultura e direito consuetudinário do país.

O projecto prevê para o primeiro ano do curso um «numerus clausus» de 25 alunos. Os candidatos deverão possuir o 11º de escolaridade (na Guiné-Bissau o 7º ano do liceu) e serão sujeitos a um exame de admissão.

Poderão também candidatar-se maiores de 25 anos que efectuarião um exame de admissão extraordinário.

Na Guiné-Bissau

Portugal vai estruturar Faculdade de Direito

O presidente do conselho directivo da Faculdade de Direito de Lisboa e o ministro guineense da Justiça assinaram, um processo verbal que visa a criação da Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau.

Marcelo Rebelo de Sousa e Nicandro Barreto mantiveram conversações durante dois dias sobre a criação daquela escola de ensino superior que será totalmente estruturada por Portugal, quer através da presença de professores portugueses e de apoio bibliográfico, como

na formação de docentes guineenses.

A Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau, cuja criação ficou acordada na última reunião mista luso-guineense realizada em Abril em Bissau, terá cinco anos de curso e formará licenciados em Ciências Jurídicas e Ciências Jurídico-Administrativas, sendo os três primeiros anos comuns às duas especialidades.

A nova escola, cujo primeiro ano está previsto para se iniciar em Novembro próximo, terá um director e um sub-director guineenses e um assessor científico por-

tuguês que acumulará as funções de coordenador residente do curso.

O projecto prevê a ida a Bissau de docentes portugueses das Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra, para coordenarem o arranque das diversas disciplinas e a formação de professores guineenses (três na primeira fase) que irão fre-

quentar um curso de três meses em Lisboa.

Marcelo Rebelo de Sousa disse ser intenção da parte portuguesa que a Faculdade de Direito e Administração Pública de Bissau seja dirigida dentro de cinco anos pela parte guineense (gestão e docência), embora continue a receber apoio científico de Portugal.

rel. Intenunimistaras

O DIA

Pg. 24